COMO AS INICIATIVAS DE APOIO E MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL AUXILIAM NA PARTICIPAÇÃO (LABORAL, ECONÔMICA E SOCIAL) DE MIGRANTES NO BRASIL?

MANOELLA DO ROCIO GRENDEL[1];
GABRIEL AUGUSTO DE ABREU RIBEIRO[2]
CECÍLIA TREVISANI LOHMANN[3]
CAMILA BRÜNING[4]

[1]*Universidade Federal do Paraná – manoellagrendel@gmail.com*
[2]*Universidade Federal do Paraná – gabrielaugustoar@hotmail.com*
[3]*Universidade Federal do Paraná – cecilialohmann@ufpr.br*
[4] *Universidade Federal do Paraná – camila.bruning@gmail.com*

Resumo

Este trabalho apresenta um relato de pesquisa empírica que tem como objetivo identificar iniciativas de apoio e mobilização da sociedade civil e como elas podem auxiliar na promoção da participação (laboral, econômica e social) de migrantes no Brasil. A pesquisa se sustenta no relato de 17 pessoas que migraram para o Brasil, e participaram da pesquisa concedendo entrevistas em profundidade a respeito de suas experiências de migração. Os resultados permitem identificar e sistematizar três tipos de iniciativas: (i) as decorrentes de apoio comunitário informal, tendo sido destacadas as advindas de amigos, de conterrâneos no país de migração e da família; (ii) as decorrentes de serviços formais de apoio a migrantes, tais como advindas de Organizações Sociais (OS); e (iii) as advindas de organizações formais construídas por pessoas migrantes. Quanto aos tipos de apoio identificados, destacam-se diversas formas de suporte material e emocional, e, em particular no caso das organizações formais construídas por pessoas migrantes, o suporte político.

Palavras-chave: Apoio Comunitário; Brasil; Migração; Organizações Sociais; Trabalho;

Contextualização

As últimas duas décadas marcaram a transformação do Brasil em um país receptor de migrantes. O Censo Demográfico 2022, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), identificou que a população de residentes naturais de países estrangeiros no Brasil passou de aproximadamente 592 mil, em 2010, para pouco mais de um milhão, em 2022 (IBGE, 2025).

O aumento tem sido explicado, principalmente, pela migração de venezuelanos ao país que passaram a ser, em 2022, a nacionalidade mais representada deste fluxo migratório (IBGE, 2025). Depois da Venezuela, o Haiti, Bolívia e Colômbia, nesta ordem, são os países de origem mais frequentes entre os migrantes que chegam ao Brasil (MJSP, 2024).

Além disso, a mudança na legislação brasileira sobre migração também tem favorecido o fluxo para o país. Em 2017, foi promulgada a Lei de Migração (Lei 13.345/2017), que revogou o antigo Estatuto do Estrangeiro e garantiu direitos aos migrantes em condições de igualdade aos nacionais (GUERRA, 2017).

O aumento do fluxo migratório fortalece a imagem do Brasil como facilitador da recepção de migrantes (MARTINS; XAVIER, 2020; BARROS; MARTINS-BORGES, 2018; CRUZ; PERES, 2023; DEMÉTRIO; BAENINGER; DOMENICONI, 2023; BAENINGER; PERES, 2017). Apesar disso, os migrantes que chegam no território brasileiro ainda encontram adversidades em seus processos de participação e reconhecimento social no país (FARIA; RAGNINI; BRUNING, 2021).

Dentre tais adversidades identificadas na literatura sobre o tema, se evidencia a condição vulnerável e marginalizada de parte da população migrante no Brasil. Percebem-se dificuldades relacionadas principalmente, a escassos recursos financeiros (VÉRAN; NOAL; FAINSTAT, 2014) e à falta de acesso à direitos básicos. Nesse sentido, ocorre a violação de diretos humanos como o acesso à educação (SILVA, 2020), acesso à moradia (FILHO et al., 2019; ARRUDA-BARBOSA; SALES; TORRES, 2020) e acesso a serviços jurídicos, de saúde e de segurança pública (BARROS; MARTINS-BORGES, 2018, SERRANO; MARTIN, 2022 e VÉRAN; NOAL; FAINSTAT, 2014).

Como consequência do estado de vulnerabilidade socioeconômica enfrentada por parte da população migrante, ocorre a exploração laboral desses indivíduos. Nesse sentido, comenta-se que a fragilidade dos laços sindicais e coletivos estabelecidos pelas pessoas migrantes no Brasil, somado às condições socioeconômicas vulnerabilizantes as deixa expostas à exploração laboral no país (DUTRA, 2015; SERRANO; MARTIN, 2022).

A partir da referência de Faria (2017) entende-se que a exploração laboral exacerbada pela condição de vulnerabilidade, que se manifesta pelos baixos salários, condições insalubres, longas jornadas e discriminação, são formas de violência no trabalho. O autor define a violência neste contexto como:

> [...] ações voltadas para preservar interesses específicos através de instrumentos coercitivos explícitos ou sutis de qualquer natureza, em contraposição aos mais legítimos interesses e direitos individuais e coletivos, desqualificando a práxis democrática, crítica e reflexiva e instituindo, com a finalidade de perpetuar, fatos e situações intensas de força, desproporcionais à utilidade tolerável da aceitação da dominação como fruto das relações de poder, impondo, assim, um ambiente de não questionamento da realidade com o intuito de reproduzi-la (FARIA, 2017, p. 340).

Frente a violência no trabalho, os migrantes estabelecem estratégias de enfrentamento visando mitigar as condições de vulnerabilidade na qual se encontram. Portes e Walton (1981) chamam a atenção para a necessidade de se analisar essas estratégias como parte de processos mais amplos de construção de redes de apoio que acompanham a classe trabalhadora desde o início de seus movimentos migratórios.

Para os autores, a construção de redes de ajuda mútua entre trabalhadores é um elemento determinante da migração laboral, sendo mais central para sua compreensão do que somente a consideração da existência de um deslocamento entre países (PORTES; WALTON, 1981). Tal construção, afirmam, cumpre o papel de garantir a sobrevivência dos trabalhadores em vulnerabilidade, e, muitas vezes, os oferecem possibilidades de resistência ativa aos mecanismos de exploração e precarização do trabalho (PORTES; WALTON, 1981).

A compreensão de Faria (2017) fortalece essa perspectiva ao entender que a organização coletiva dos trabalhadores contra a violência no trabalho é necessária para frear a sua perpetuação e impedir que sua realização se torne ainda mais sofisticada.

Nesse mesmo sentido, Lague, Galoon e Cerutti (2019) enfatizam a importância da coletividade de migrantes como modos de união e proteção mútua em casos de exploração laboral, destacando os benefícios de grupos sociais de modo geral, abrangendo conterrâneos, migrantes ou nativos. Mais especificamente em comunidades migrantes, Barros e Martins-Borges (2018) identificam que o amparo por pessoas que passaram também pelo processo da migração, em especial conterrâneos, é essencial para viver essa mudança com menos sofrimento diante das dificuldades vivenciadas. Além disso, esses relacionamentos são importantes no processo de adaptação ao novo país, já que os conterrâneos que já viveram esse início da adaptação podem servir como guia, dando dicas e auxiliando no processo do sujeito recém-chegado (WISEMAN, 1985). Para além da função de apoio, tecer laços com pessoas de mesma nacionalidade também diz respeito à identificação, afinidades culturais e a manutenção dos laços com a cultura de origem (BARROS; MARTINS-BORGES, 2018).

Perspectiva teórico-metodológica

A formação de redes de apoio para e pela população migrante no Brasil é também tema de destaque nos resultados da pesquisa intitulada “Vozes do ecossistema de migração em diferentes países” por nós realizada no âmbito do Departamento de Psicologia (DEPSI) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). A pesquisa tem como objetivo compreender e comparar ecossistemas de migração, e participação de migrantes no mundo do trabalho em diferentes países, tendo levantado dados no Brasil, Canadá e Portugal. Os achados da investigação realizada na frente brasileira da pesquisa evidenciaram a importância das iniciativas de apoio e mobilização da sociedade civil dentre os elementos desses ecossistemas. Cabem, antes de prosseguir para a exposição destes resultados, alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos em relação à abordagem do projeto ao tema da migração.

A pesquisa adota a noção de participação (laboral, econômica e social) dos migrantes, em contraposição ao conceito de “integração”, tradicionalmente usado, uma vez que se entende que esse termo remete a uma demanda que estaria posta ao migrante com o pressuposto de que este se encontra em estado inicial desajustado, desintegrado a sociedade de destino. Com isso, incorre-se no risco de realizar uma análise que remeta as dificuldades deste processo ao indivíduo migrante e não a contradições estruturais do processo migratório (BRÜNING, 2025). Como consequência, pode-se reproduzir a expectativa de que tais dificuldades sejam sanadas, não incluindo modificações da estrutura de recepção e sim por com uma expectativa de adequação unilateral do comportamento do migrante. Espera-se, neste sentido, que a noção de participação abranja a dinamicidade do processo da construção de uma vida em um outro país e mitigue a hierarquização entre migrantes e os países receptores.

O conceito de ecossistemas de migração, por sua vez, é utilizado para dar conta da descrição da rede de elementos que se fazem presentes durante a migração, promovendo ou dificultando esse processo, e que podem ser de diferentes naturezas. Essa rede é composta pelos indivíduos grupos, instituições, formais e informais, bem como pelo conjunto de políticas, práticas, serviços e recursos presentes na promoção da participação de migrantes em um determinado país ou região (BRÜNING et al., 2024), tratando inclusive de sua participação no mercado de trabalho. Assim, a noção de ecossistema é útil para abordar a questão da participação dos migrantes para além daquilo que está registrado formalmente, como as políticas migratórias, agências do governo e associações sociais, e incluir na análise elementos informais, como grupos, ideias compartilhadas entre migrantes e discursos

midiáticos.

Uma característica metodológica central do projeto é adotar uma abordagem crítica, decolonial e reflexiva (BUSATO: BRÜNING, 2024) a partir de narrativas daqueles que vivenciam diretamente essa realidade: os migrantes e pessoas que prestam suportes a migrantes. Essa decisão articula-se com a intenção de compreender desde as dinâmicas institucionais formais até as sutilezas do cotidiano da migração, bem como com o compromisso de incluir no discurso sobre a migração pessoas que, com frequência, encontram-se às margens dos processos decisórios deste tema,

Essas opções teóricas e metodológicas da iniciativa permitiram a identificação de elementos promotores e dificultadores da participação de migrantes no Brasil que, frequentemente, escapam às análises dos recursos disponíveis a essa população. Como afirmam Portes e Walton (1981), é comum que trabalhos baseados em teorias macrossociológicas da migração, dado o caráter estrutural e histórico de suas análises, priorizem a utilização de dados quantitativos agregados ou, quando de caráter qualitativo, unidades de análises muito amplas e abstratas.

É certo que a compreensão histórica e estrutural é essencial para que as pesquisas não reproduzam uma perspectiva individualizante dos fenômenos migratórios. Entretanto, o estudo das condições de locais específicos contribui ao oferecer concretude às tendências e movimentos descritos por meio de abstrações teóricas sobre os fluxos migratórios (PORTES; WALTON, 1981).

No caso de trabalhos recentes sobre os recursos disponíveis aos migrantes no Brasil, observa-se a recorrência de descrições que não consideram as especificidades de cada região do país e as dinâmicas que ocorrem a nível de estados e cidades. Para estudos referentes a migração haitiana ao Brasil, Cruz e Peres (2023) ressaltam a importância da utilização de multimétodos que consigam avaliar o processo de aculturação dos migrantes considerando a percepção de chegada, acolhimento e processo de inserção no mercado de trabalho a fim de produzir indicadores sobre os construtos e integração. Versiani e Neto (2021) referem-se à existência de falhas no processo de participação de migrantes no Brasil, geradas pela falta de compreensão sobre como grupos de migrantes locais se organizam e convivem, resultando em discriminações e limitações no ambiente de trabalho por estratégias insuficientes de gestão no processo de integração.

Assim, dada a centralidade das estratégias de enfrentamento construídas pela população migrante em seus processos de participação e manejo de vulnerabilidades, bem como a importância de estratégias metodológicas que acessem as realidades locais, o presente trabalho tem como objetivo: descrever iniciativas de apoio e mobilização da sociedade civil e como auxiliam na promoção da participação (laboral, econômica e social) de migrantes no Brasil, a partir do relato migrantes sobre suas experiências de migração.

Procedimentos Metodológicos

O recrutamento dos participantes foi feito a partir da busca e publicação de convites em grupos em redes sociais *online*, bem como contato e divulgação em listas de universidades, seus clubes e organizações estudantis, e com participantes da Cátedra Sérgio Vieira de Melo na Universidade Federal do Paraná e rede de Cátedras no Brasil. Também foi realizado o recrutamento conforme metodologia “Bola de Neve”, em que se solicita a

participantes indicarem novos nomes e seus contatos para que sejam convidados a participar da pesquisa. Os convites feitos aos potenciais participantes indicados pelos entrevistados se realizaram via contato online (e-mail, mensagens em redes sociais).

A coleta de dados da investigação se deu por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas entre agosto e dezembro de 2024. As entrevistas foram conduzidas a partir do questionamento sobre a história de migração e envolvimento com o tema dos participantes, com foco na identificação, por eles, daqueles elementos que dificultam ou promovem a participação dessa população no país de destino, de maneira geral, e no mundo do trabalho, especificamente.

As entrevistas foram realizadas de forma presencial e online, o que permitiu a participação de pessoas que estavam em diferentes locais do país. No entanto, dada a amostragem por indicação, a pesquisa acabou contando com a participação concentrada de pessoas residindo em Curitiba. As características dos participantes, incluindo as relações que estabelecem com o ecossistema de migração brasileiro podem ser verificadas no Quadro 1.

Os resultados apresentados são provenientes de 17 entrevistas com pessoas migrantes, que foram gravadas, transcritas e analisadas segundo os procedimentos de análise de conteúdo como descritos por Bardin (1977). O método descrito pela autora se realiza a partir das etapas de pré-análise, descrição analítica e interpretação inferencial. Esse processo resultou na sistematização de 37 categorias temáticas que, posteriormente, puderam ser agrupadas em seis eixos temáticos. Cada categoria teve seus elementos classificados conforme a função, como promotor ou dificultador da participação do migrante. O presente trabalho expõe os elementos específicos ao eixo temático de “iniciativas de redes de apoio e mobilização da sociedade civil”.

Quadro 1: Caracterização dos participantes

Nome fictício	Gênero	Nacionalidade	Cidade em que reside	Está inserido(a) como prestador(a) de suporte a migrantes em organizações da sociedade civil?	Iniciativas de redes de apoio e mobilização da sociedade civil mencionadas

José	Masculino	Venezuelano	Porto Velho (RO)	Sim	Apoio comunitário informal (desconhecida); Fundação da Associação de Venezuelanos do Brasil; Fundação da Associação de Mulheres Empreendedoras Venezuelanas em Porto Belo
Teresa	Feminino	Paraguaia	Curitiba (PR)	Não	Apoio comunitário informal (amigos)
James	Masculino	Haitiano	Foz do Iguaçu (PR)	Sim	Associação de Migrantes Indígenas e Refugiados de Foz do Iguaçu;
Valentina	Feminino	Venezuelana	Curitiba (PR)	Sim	Apoio comunitário informal (conterrâneos)
Pilar	Feminino	Uruguaia	Curitiba (PR)	Não	Apoio comunitário informal (família e amigos)
Jorge	Masculino	Venezuelano	Curitiba (PR)	Não	Apoio comunitário informal (amigos)
Kiame	Masculino	Angolano	Porto Alegre (RS)	Sim	Apoio comunitário informal (comunidade artística)

Ramon	Masculino	Venezuelano	Curitiba (PR)	Sim	Irmandade Sem Fronteiras
Abdullah	Masculino	Saudita	Curitiba (PR)	Não	Apoio comunitário informal (família e amigos)
Stéphanie	Feminino	Haitiana	Porto Alegre (RS)	Sim	Apoio comunitário informal (conterrâneos); Associação dos Haitianos no Brasil
Amal	Feminino	Libanesa	Curitiba (PR)	Sim	
Angely	Feminino	Venezuelana	Curitiba (PR)	Sim	Irmandade Sem Fronteiras
Luisa	Feminino	Venezuelana	Curitiba (PR)	Não	Apoio comunitário informal (amigos)
Julio	Masculino	Venezuelano	Curitiba (PR)	Não	
Juana	Feminino	Venezuelana	Curitiba (PR)	Não	
Mercedes	Feminino	Cubana	Curitiba (PR)	Não	Apoio comunitário informal (conterrâneos)

Jamila	Feminino	Congolesa	Curitiba (PR)	Sim	Apoio comunitário informal (conterrâneos); Associação de Africanos no Brasil; Organização das Mulheres Migrantes.

Resultados

As iniciativas de apoio puderam ser diferenciadas em relação à sua formalidade. Por um lado, foi frequente que os participantes relatassem o papel do apoio comunitário espontâneo oferecido por pares em momentos críticos de seus processos migratórios, estas iniciativas foram denominadas de (i) "apoio comunitário informal". Também foram mencionados organizações e serviços de apoio ao migrante formalizados em instituições ou como Organizações Sociais (OS) que ofereciam apoio de forma sistemática. Dentre estas, identificou-se o apoio que foi denominado de (ii) "serviços formais de apoio a migrantes", e (iii) "Organizações formais construídas por pessoas migrantes". Optou-se por tratá-las em categorias separadas para evidenciar as diferenças nos tipos de apoio relacionados a cada uma delas. Esta proposta analítica e os achados da pesquisa são sumarizados no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2: Iniciativas de apoio e de mobilização da sociedade civil identificadas e como apoiam a migração

	Elemento do ecossistema de migração	**Tipos de apoio**
Apoio comunitário informal	Amigos	Suporte material e emocional; Obtenção de emprego; Obtenção de informações sobre o processo de formalização migratória; Aprender a falar português; Empréstimos de dinheiro; Auxílios nos estudos de nível superior; Bem-estar; Acolhimento.

	Conterrâneos	Suporte material e emocional; Obtenção de emprego; Acesso a moradia; Sentimento de senso de comunidade.
	Família	Suporte material e emocional; Acesso a moradia; Auxílio com tradução/comunicação.
Serviços formais de apoio a migrantes	Universidade, em especial projeto "Sala 28" (da Universidade Federal do Paraná).	Preparação para o vestibular; Orientação para ingresso na universidade; Possibilidade de atuar como voluntário; Fortalecimento de vínculos comunitários; Ponto de encontro, integração social; Acesso à informação; Suporte à formação acadêmica.
	Universidade Federal do Paraná	Facilitação do acesso a serviços por meio de eventos e articulação com órgãos legais (foram mencionadas parcerias com Ministério Público, Polícia Federal, Polícia Civil, Ordem dos Advogados do Brasil, Secretaria de Justiça e Cidadania).
	Movimentos de voluntariado e religiosos. Associação Irmandade sem Fronteiras; Cáritas Arquidiocesana de Maringá; ABUNA - associação sem fins lucrativos; Pastoral do Migrante - Paroquia Santa Maria Goretti Maringá.	Suporte material e emocional; Acolhimento; Acompanhamento em processos de adaptação; Informações e suporte para emissão de documentos migratórios; Auxílio para ações comunitárias; Serviço de acolhimento temporário e Moradia provisória destinadas a migrantes; Assistência médica e jurídica.

Organizações formais construídas por pessoas migrantes	Associação de Venezuelanos do Brasil; Associação de migrantes indígenas e refugiados de Foz do Iguaçu; Associação Irmandade Sem Fronteiras; Organização das Mulheres Migrantes; Fundação da Associação Mulheres Empreendedoras Venezuelanas em Porto Belo.	Suporte material, emocional e político; Construção de sentidos coletivos sobre a experiência migratória; Compartilhamento de vivências; Mobilização e articulação política para conquista de direitos; Reconhecimento público; Representação em lutas sociais pertinentes à população migrante e suas interseccionalidades; Articulações de oportunidades de estudo/formação/empreendedorismo; Construção de vínculos, novos grupos e inserção na comunidade. Sentimento de pertença (gratificação e satisfação em participar).

A seguir apresenta-se em detalhe cada um dos elementos do ecossistema de migração identificados e seus respectivos tipos de apoio, conforme percebido pelos entrevistados em suas experiências de migração.

Apoio comunitário informal

O apoio comunitário informal refere-se aos auxílios espontâneos e não sistemáticos da comunidade no processo de migração e no manejo de condições de vulnerabilidade. Esse tema foi mencionado 18 vezes nas histórias de migração de dez participantes. Os principais atores envolvidos neste tipo de apoio foram (i) os amigos, (ii) os conterrâneos e (iii) a família.

Os amigos foram mencionados oito vezes como prestadores de suporte em diferentes áreas de necessidades por cinco participantes. Nos relatos, os migrantes indicaram o papel de seus amigos para conseguir trabalho, obter informações sobre o processo de formalização migratória, aprender a falar português, para empréstimos de dinheiro, para auxílios nos estudos de nível superior e, em dois casos, para a sensação de acolhimento no Brasil.

Chama a atenção nos relatos sobre o papel das amizades para a participação laboral e social dos migrantes, a centralidade que o local de moradia exerce para o estabelecimento destes vínculos. Dois participantes mencionaram que a ajuda foi oferecida por amigos que tinham conhecido na casa ou quarto compartilhados em que moravam. Sabe-se que parte dos migrantes se encontram em situação de vulnerabilidade ao chegar ao Brasil, sem condições de acesso à moradia digna (FILHO et al., 2019; ARRUDA-BARBOSA; SALES; TORRES, 2020). Este foi o caso, inclusive, de três participantes entrevistados. A precariedade desta condição, no entanto, parece não impedir que estes locais se constituam, também, como locais de trocas significativas e ajuda mútua entre populações em vulnerabilidade.

A ajuda oferecida por conterrâneos também teve destaque no relato dos participantes, tendo sido mencionada seis vezes por quatro pessoas diferentes. Os auxílios se deram para a obtenção de emprego, acesso à moradia e construção de senso de comunidade em geral.

Duas das menções feitas por Mercedes, oriunda de Cuba, se referiram ao papel de seus conterrâneos para o acesso à moradia. Em um primeiro momento, um amigo da cidade natal a recebeu em sua casa para que ela e sua família se estabilizassem nos primeiros dias no Brasil. Posteriormente, outro auxílio foi oferecido de forma mais sistematizada, ainda que não formalmente. Segundo a participante, o bairro no qual ela passou a morar é organizado por uma família de cubanos que recebe os conterrâneos recém-chegados ao país e medeia o aluguel das casas. Esse auxílio parece ter duplo efeito segundo o relato da participante, pois, se por um lado oferece uma forma mais segura de acesso à moradia, por outro, dificulta que esse acesso se dê de maneira autônoma.

A família de Valentina, migrante venezuelana, por sua vez, conseguiu uma moradia temporária através de um grupo de Whatsapp de migrantes venezuelanos. Um dos membros do grupo os recebeu gratuitamente em sua casa para que pudessem seguir com o plano de mudar de cidade.

No que se refere a construção de um senso de comunidade, Jamila, uma mulher congolesa que já havia migrado anteriormente para o Marrocos, narrou o seu papel em catalisar a aproximação de migrantes oriundos da África em sua cidade no Brasil. Ela contou que o contraste entre a comunidade organizada de migrantes em Marrocos, com a falta de vínculos entre os africanos no Brasil, a mobilizou para a construção desta comunidade, tendo em vista a importância que reconheceu nesta união. Em suas palavras:

> "[Decidi] "Eu vou reunir todos os africanos" ... Então, eu comecei a procurar as pessoas, saudar as pessoas na rua, na faculdade, pegar os números das pessoas na rua. [...] E daí, eu comecei a fazer os contatos".

A família foi mencionada por dois participantes como uma fonte de suporte importante. Em ambos os casos, os familiares que ofereceram ajuda encontravam-se morando no Brasil. Para um dos participantes, o auxílio foi dado em relação à moradia, sendo que os familiares o acolheram em casa durante os primeiros meses após a chegada. Para o outro, a mãe teve um papel relevante como tradutora em situações cotidianas.

Por fim, duas menções pontuais foram feitas a duas outras fontes de apoio comunitário: uma pessoa desconhecida e a comunidade artística na qual o migrante estava inserido. José, migrante venezuelano, relatou sua chegada ao Brasil e a importância que a dona de uma oficina mecânica teve neste processo. O participante, juntamente com suas filhas, foi acolhido na casa da mulher desconhecida, gratuitamente, para que esperasse a chegada de sua esposa. Posteriormente, a família pôde alugar um espaço na mesma casa. Kiame, migrante angolano, por sua vez, destacou a importância de sua integração à comunidade do rap no Brasil, afirmando que a visibilidade e autonomia que pode desfrutar em suas iniciativas profissionais posteriores foi fruto dessa inserção.

Organizações e serviços formais de apoio a migrantes

As menções a redes formais de suporte fizeram referências a diferentes Organizações Sociais (OS) que os migrantes tiveram acesso ou utilizaram durante o processo de estabelecimento no Brasil. Houve 20 menções a esse tema em oito entrevistas, sendo a

maioria das menções referente ao papel facilitador das organizações e serviços não-governamentais de apoio.

Considerando que a coleta de dados ocorreu em Curitiba, análise das entrevistas, a "Sala 28", projeto de extensão institucional promovido pela Universidade Federal do Paraná, foi frequentemente mencionada como espaço de referência, seja pelo apoio direto na preparação para o vestibular daquela instituição de ensino destinado a migrantes, pela orientação para ingresso na universidade ou pela possibilidade de uma das entrevistadas em atuar como voluntária e, assim, fortalecer vínculos comunitários. Esse ambiente pareceu funcionar, portanto, como um ponto de encontro e de informação, ampliando oportunidades de formação acadêmica e integração social. Além disso, há relatos de ações conjuntas dessa iniciativa que articularam diversos órgãos públicos, como Instituições de Ensino, Defensoria Pública, Ministério Público, Polícia Federal e Polícia Civil, em iniciativas voltadas especificamente para migrantes. O apoio da OAB e da Secretaria de Justiça e Cidadania em projeto deste tipo também foram mencionados.

Tal resultado corrobora achados da literatura que identificam que trabalho desenvolvido por ONGs, universidades e Secretarias de Educação ao disponibilizar cursos de língua portuguesa e serviços de validação linguística, facilita a participação dos migrantes no ambiente acadêmico e no exercício profissional, permitindo a melhora na qualidade de vida e seu engajamento no relacionamento com a comunidade (FERREIRA; LODETTI; BORGES, 2021).

Ademais, também já foi identificado que a assistência e apoio jurídico aos refugiados favorece a inserção no mercado de trabalho, assegurando o acesso à cédula de identidade e à carteira de trabalho, instrumentos fundamentais para sua regularização jurídica e integração local, incluindo o reconhecimento facilitado de diplomas (MARTINS; XAVIER, 2021).

Os relatos também fizeram referência a movimentos de voluntariado e religiosos. As entrevistas citam organizações como a Associação Irmandade sem Fronteiras, a Cáritas, a ABUNA e a Pastoral também desempenham papel importante segundo os migrantes, oferecendo acolhimento, suporte material, acompanhamento em processos de adaptação e auxílio para ações comunitárias. Sobre este último papel dessas organizações, Amal afirmou:

> "Então, essas jornadas itinerantes, como se dão? Se dão com o auxílio da igreja, tá? De algumas igrejas que cedem espaço, cedem café, cadeira, mesa para fazer esse atendimento totalmente gratuito naquela localidade".

Sales e Ituassu (2020) também identificaram a presença de movimentos religiosos ou organizações voluntárias que têm oferecido apoio e acolhem migrantes e refugiados. Ademais, a literatura indica que a participação em espaços religiosos possibilita a formação de relações comunitárias e a construção de redes para troca de informações sobre as ações necessárias para o estabelecimento da vida no Brasil (BARROS; MARTINS-BORGES, 2018).

Os resultados referentes às organizações não governamentais apresentados diferem-se do que foi encontrado em pesquisas realizadas no estado de São Paulo. No território paulista, é comum que empresas recrutem e medeiem a contratação de migrantes haitianos já na entrada no Brasil (CRUZ; PERES; DE ALMEIDA, 2024). A literatura também já identificou empresas neste local especializadas no contato e contratação de mulheres Filipinas (Ribeiro &

Baeninger, 2020). Empresas privadas, no entanto, não foram mencionadas pelos migrantes entrevistados pelo projeto.

Organizações Formais da Comunidade Migrante

Dentre as referências a organizações da sociedade civil, destacam-se aquelas que são construídas e conduzidas pelos próprios migrantes no Brasil. No contexto do presente estudo, a categoria "Organizações Formais da Comunidade Migrante" foi mencionada 20 vezes dentro de oito entrevistas diferentes. Todas as referências às indicaram como facilitadoras da participação de migrantes no Brasil.

Durante as entrevistas, inúmeras organizações específicas deste tipo foram citadas, dentre elas: a Associação dos Haitianos no Brasil, a Associação de Venezuelanos do Brasil, a Associação de migrantes indígenas e refugiados de Foz do Iguaçu, a Associação Irmandade Sem Fronteiras, a Organização das Mulheres Migrantes e a Fundação da Associação Mulheres Empreendedoras Venezuelanas em Porto Belo.

Em um primeiro tópico de análise, evidencia-se a motivação na construção de novos grupos ou na inserção de novos integrantes nas organizações da comunidade. Dessa maneira, o aspecto da construção dos grupos foi citado 3 vezes em 2 entrevistas diferentes, já a gratificação pela participação nas organizações apareceu 5 vezes em 5 entrevistas diferentes.

No caso de José, um participante venezuelano, há o relato de que ele e sua esposa se mobilizaram para construção de organizações a fim de agregar à comunidade a partir de suas próprias experiências migratórias:

> "Essa experiência foi a que foi o que fizéssemos isso, a Associação [...]aqui no Brasil, em [...], porque queríamos compartilhar essa experiência."
>
> "Eu lembro que ela [a esposa] falava "eu tenho que ajudar as mulheres venezuelanas e, ao invés de ficar em casa tranquilas esperando coisas, que elas saiam de casa e consigam fazer com suas experiências, novas experiências, para empreender "olha aí."

Concomitante a isso, a participação de migrantes de modo geral nas organizações é relatada como algo positivo também por promover a satisfação pessoal e sensação de gratificação. É possível perceber no discurso dos participantes que há uma mudança no modo com que o indivíduo simboliza e significa sua própria experiência migratória. Como por exemplo, a participante Angely, uma mulher venezuelana coloca a importância do apoio e mobilização de pessoas migrante:

> "E essa tem sido a minha terapia, sabe? Tem sido meu trabalho, em acolher a gente quem que vem aqui com esse medo, com essa insegurança com que houve. Isso é um trabalho para mim, maravilhoso. Porque ninguém mais do que a pessoa que sofrida em carne própria, esse depreciamento, vai entender esses imigrantes, sabe?"

Nesse caso, se percebe que o apoio e mobilização de migrantes pela comunidade migrante tem o diferencial da identificação entre esses indivíduos e suas vivências. É a partir de sua experiência de migração, que Angely diz entender e então acolher as inseguranças e os medos de outros indivíduos em processo de migração. Assim, ao integrar organizações migrantes, foi possível, além de apoiar e mobilizar o outro, também dar um novo sentido às suas experiências de migração.

Em um segundo tópico de análise, sobre as consequências das ações dessas organizações, se percebe que as organizações da comunidade migrante são promotoras de avanços materiais nas lutas sociais pertinentes à essa população. Nesse sentido, essas consequências foram citadas 8 vezes em 3 entrevistas diferentes. Em uma dessas entrevistas, James, um migrante haitiano, se explicita como as comunidades de migrantes podem ser mobilizadas a se apropriar de suas vivências para articulação política:

> "[...] porque eu vi que a sociedade é muito racista, só que tem coisas pra eu falar, eu precisa de uma carteirada. E a única carteirada que eu posso dar é meu conhecimento."

Aqui, também é possível ver o aspecto de ressignificação da experiência migratória a partir de ações voltadas à comunidade migrante, no formato de luta política e social por direitos. Assim, as vivências e discriminações sofridas podem servir como identificação das demandas individuais. A partir do momento em que essas demandas podem ser compartilhadas em coletivos migrantes, a sua identificação é um primeiro passo na luta por direitos, como o relato a seguir:

> "Vamos lutar e fazer mudanças nas leis migratórias, tanto municipal até federal, tornaram-se parceiros da ONU na área de migração. Com isso, fechamos um acordo para o primeiro hotel refugiado do Paraná."

A partir desta identificação de demandas compartilhadas, a comunidade migrante é capaz de se mobilizar politicamente para a conquista de direitos. Além do hotel para refugiados, outras conquistas foram mencionadas nas entrevistas, como articulações de oportunidades de estudo para a própria população, feiras de empreendedorismo para mulheres migrantes e participação de diretorias para direitos de migrantes LGBT's. Assim se percebe a centralidade das vivências em grupo para a mobilização e luta sociopolítica da população migrante.

A identificação de como a construção dos grupos sociais de migrantes, e em especial, a experiência de gratificação que a participação em organizações formais oferece a quem as constitui não foram verificados na literatura acadêmica da área. Percebe-se nas publicações que a reconhecimento da existência de ONG's, associações e comunidades se dão por meio de seus efeitos, como doações monetárias (DEMÉTRIO; BAENINGER; DOMENICONI, 2023), espaços de acolhimento, ajuda mútua e/ou proteção (Pizzinato et al., 2022). Portanto, os presentes resultados contribuem para a compreensão dessas redes não somente pelos efeitos de suas ações, mas também pela experiência dos indivíduos participantes das organizações, que encontram satisfação no próprio projeto migratório a partir do apoio e mobilização de seus pares.

Conclusões

À guisa de conclusão do presente trabalho, destacam-se a diferença nos papéis que as iniciativas de redes de apoio e mobilização da sociedade civil exercem nas vidas dos migrantes no Brasil a depender da natureza, formal ou informal, das ações.

O apoio comunitário informal apresentou-se como uma importante fonte de suporte a necessidades imediatas e, majoritariamente, materiais. Neste sentido o destaque é dado para o acesso a moradia, obtenção de emprego, obtenção de informações sobre a formalização migratória, empréstimo de dinheiro, auxílio nos estudos. O apoio a necessidades emocionais

também foi citado pela menção à importância dos amigos para uma sensação de acolhimento no Brasil.

As organizações formais, sejam elas coordenadas por migrantes ou não, também foram indicadas a partir de seu papel mediador entre o migrante e o acesso a direitos básicos previstos em lei. No entanto, essas redes se destacaram por também oferecer apoio à mobilização política dos migrantes. Assim, para além de assegurar meios materiais também possibilitaram a inserção comunitária e política, tornando os indivíduos visíveis tanto para a comunidade quanto para a lei.

No que se refere à categoria "Organizações e serviços formais de apoio a migrantes", a experiência dos migrantes evidencia o papel dessas organizações para a introdução a políticas de saúde e educação, inserção social e jurídica. Esse suporte facilita aos migrantes o acesso a direitos básicos durante o estabelecimento inicial no Brasil e oferece orientação sobre processos de organização comunitária. Esta segunda função tem papel fundamental em frear os processos de individualização que vulnerabilizam os migrantes ao promover a participação na comunidade local, frequentemente constituída tanto por nativos, quanto por outros migrantes.

Ressalta-se, com a análise da referida categoria que, apesar de haver previsão legal dos direitos fundamentais e órgãos públicos responsáveis por sua implementação, o acesso a tais mecanismos parece ser atravessado por políticas regionais de governança e dinâmica locais que dificultam o acesso dos migrantes. Os relatos atribuem essas dificuldades à priorização de outros processos pelos órgãos públicos responsáveis, à falta de investimento ou à consolidação do poder fomentado por discursos políticos discriminatórios. A partir disso, o acesso passa a ser mediado por atores externos aos órgãos públicos responsáveis, como a UFPR, instituições religiosas e voluntárias que promovem o engajamento dos órgãos públicos responsáveis para articulação, ação coletiva e implementação.

No que se refere às "Organizações Formais da Comunidade Migrante", especificamente, identifica-se que ao mesmo tempo em que essas organizações migrantes oferecem suporte material, emocional e político, elas também contribuem para a construção de sentidos coletivos sobre a experiência migratória.

Neste sentido, os relatos evidenciam um processo de significação da própria experiência migratória a partir do movimento de apoio e mobilização do outro, que passa por uma experiência similar a dele. Assim, a migração deixa de ser vista apenas como um desafio individual e passa a ser compreendida como um processo compartilhado, sustentado por relações de reciprocidade.

A partir dos dados sobre essas organizações, identifica-se como a construção de comunidades migrantes e a possibilidade de compartilhamento de experiências migratórias, e principalmente de dificuldades vividas, é essencial para superação de obstáculos via políticas públicas. Percebe-se nas entrevistas que é a partir da mobilização desses indivíduos em coletivos que se torna possível a luta social e política de reivindicação pelas demandas específicas dessa população.

Considerando, como definido por Faria (2017), que "poder" corresponde à capacidade coletiva de grupos sociais definirem e realizarem seus interesses objetivos e subjetivos específicos, é possível compreender o movimento das organizações formais em sua dimensão

mais profunda. Neste sentido, ao mobilizar os migrantes nestes espaços em prol da concretização de seus objetivos de cidadania e reconhecimento no Brasil, tais organizações tensionam as relações de poder hegemônicas expressas, no âmbito da participação laboral, a partir do controle do processo de trabalho (FARIA, 2017).

O mesmo autor defende que é somente coletiva e politicamente que se torna possível a reflexão crítica sobre as características das relações de trabalho na qual se está inserido. Nestes espaços, o indivíduo pode tomar consciência das origens, manifestações, efeitos e modos possíveis de enfrentamento da violência no trabalho (FARIA, 2017). Portanto, é a partir da própria experiência migratória e na escuta e acolhimento dessas vivências, que é possível identificar as demandas reais da população. A partir da união entre os próprios migrantes e entre os migrantes e serviços de suporte a eles, a mobilização da luta para atender suas reivindicações ganha força política.

Além disso, a construção de sentidos coletivos possibilitada pelas associações e organizações da comunidade migrante oferecem resistência à adoção, pelos trabalhadores, dos discursos dominantes que reproduzem interesses alheios à sua classe. Sobre isso, Faria esclarece:

> "Sem organização coletiva e sem ação política estes trabalhadores encontrarão na servidão e na integração com a organização (com sua missão, seus projetos, suas estratégias, seu planejamento, seus objetivos e metas, seus resultados, sua imagem interna e externa, seu DNA) a única garantia de uma identidade ("eu sou o Fulano da Organização Y") e de um sentido para a vida (ser reconhecido, receber elogios, fazer bons trabalhos, mostrar dedicação e fidelidade)" (FARIA, 2017, p. 350).

Conclui-se que, mesmo em frente a cenários vulnerabilizantes com a falta de acesso aos direitos básicos e a exploração laboral, a população migrante se demonstra ativa na movimentação das políticas públicas de garantia de seus direitos, bem como no enfrentamento da marginalização que a é imposta. Suas reivindicações se fazem ouvidas por meio das organizações formais de migrantes, mesmo no interior de dinâmicas organizacionais hegemônicas de poder. Sendo assim, ocupando lugar de meios de enfrentamento às desigualdades sociais sofridas pela comunidade migrante.

Cabe aqui enfatizar a importância do reconhecimento e fomento dessas iniciativas e o atendimento a suas demandas. Tanto por parte da máquina estatal, em seu papel de garantidor de direitos humanos fundamentais, quanto por parte das organizações de modo geral, de forma que discursos e práticas exploratórias percam legitimidade em seu interior. Assim, a diversidade cultural participará plenamente dentro das realidades organizacionais.

Referências

ARRUDA-BARBOSA, L. DE; SALES, A. F. G.; TORRES, M. E. M. Impacto da migração venezuelana na rotina de um hospital de referência em Roraima, Brasil. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 24, n. 1807-5762, 2020.

BAENINGER, R.; PERES, R.. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 34, n. 1, p. 119–143, jan. 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, A. F. O.; MARTINS-BORGES, L. Reconstrução em Movimento: Impactos do Terremoto de 2010 em Imigrantes Haitianos. **Psicologia: Ciência e Profissão,** v. 38, n. 1, p. 157–171, mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. **Dispõe sobre a migração.** Diário Oficial da União, Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm>. Acesso em: 9 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Justiça (SENAJUS). **Boletim da Migração no Brasil: Boletim Informativo nº 4 – Outubro/2024.** Brasília: MJSP, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/secretaria-nacional-de-justica-senajus/boletim-da-migracao-no-brasil_10102024_versao-agosto-final-10-out-2024-1.pdf>. Acesso em: 9 maio 2026.

BRÜNING, C.; QUINTILIANO, H. N.; BUSATO, M.; RAMOS, M. G.; POLAK, M. S.; ALMEIDA, W. G. M. S. Compreendendo a integração de migrantes no trabalho – uma referência teórica para análise. In: BRÜNING, C.; POLLI, G. M. (Orgs.). **Psicologia e questões sociais contemporâneas – Trabalho, organizações e subjetividade.** Curitiba: Juruá, 2024. v. 1, p. 178–201.

BRÜNING, C. A inadequação do conceito de integração e a necessidade de categorias decoloniais em estudos sobre migração. **Projeto Vozes do Ecossistema de migração em diferentes países.** Curitiba: UFPR, 2025.

BUSATO, M.; BRÜNING, C. (2024). Inteligência artificial e arte generativa: descolonização, inclusão e reflexividade em estudos com migrantes. ***Revista Políticas Públicas & Cidades***, *13*(2), e1230-e1230.

CRUZ, W. DA S.; PERES, A. J. DE S. Migração haitiana e trabalho: indicadores de Adaptação e Integração. **ScieElO Preprints.** 6 nov. 2023.

CRUZ, W. DA. S.; PERES, A. J. DE S.; DE ALMEIDA, L. P. Migração, Adaptação Cultural e Trabalho: haitianos em Mato Grosso do Sul. **Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology**, v. 58, n. 1, p. e1929, 27 jun. 2024.

DA SILVA, L. R. Educação e migração haitiana: um estudo de caso a partir de Galtung e Fanon. **Educação Por Escrito**, *[S. l.]*, v. 10, n. 2, p. e36671, 2020. DOI: 10.15448/2179-8435.2019.2.36671.

SALES, G. DE S.; ITUASSU, C. T. Relações entre migrações internacionais e empregabilidade no Estado de Mato Grosso do Sul-Brasil. **Trayectorias Humanas Trascontinentales**, v. 6, n. 2557-0633, 22 jul. 2020.

DEMÉTRIO, N. B.; BAENINGER, R.; DOMENICONI, J. DE O. S. Imigração haitiana no Brasil: questão humanitária e reunião familiar. **REMHU: Revista Interdisciplinar da**

Mobilidade Humana, v. 31, n. 67, p. 177–195, jan. 2023.

DUTRA, D. Marcas de uma origem e uma profissão: trabalhadoras domésticas peruanas em Brasília. **Caderno CRH**, v. 28, n. 73, p. 181–197, jan. 2015.

FLAMARION, G. et al. Estudantes africanas imigrantes no Ceará – análise do processo adaptativo. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, v. 8, n. 2, p. 240–240, 18 jul. 2019.

FARIA, J. H. de. *Poder, Controle e Gestão.* Curitiba: Juruá, 2017.

FARIA, J. H. de, RAGNINI, E. C. S., & BRUNING C. (2021). Deslocamento humano e reconhecimento social: relações e condições de trabalho de refugiados e migrantes no Brasil. *Cadernos Ebape. BR*, *19*, 278-291.

FERREIRA, A. V. S.; LODETTI, M. B.; BORGES, L. M. Recomeço: O sofrimento psíquico na imigração involuntária e a política de inclusão nas universidades brasileiras. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 29, n. 63, p. 141–158, set. 2021.

GUERRA, S. A nova lei de migração no Brasil: avanços e melhorias no campo dos direitos humanos. **Revista de Direito da Cidade**, v. 9, n. 4, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rdc.2017.28937>. Acesso em: 9 maio 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico 2022 – **Fecundidade e migração: resultados preliminares da amostra.** Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

LAGUE, J. Q. D.; GALLON, S.; CERUTTI, P. S. Bem-Estar Subjetivo de Imigrantes Senegaleses. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, [S.l.], v. 18, n. 2, p. 240-260, apr. 2019. ISSN 1677-7387.

MARTINS, A. D. F. H.; XAVIER, W. S. Refugees right to work: the characteristics of Brazilian migration policies from the end of World War II to 2019. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 19, n. 2, p. 325–337, jun. 2021.

PIZZINATO, A. et al. Mídias sociais e relações de apoio: redes da imigração haitiana. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 22, n. 54, p. 378-393, ago. 2022.

PORTES, A.; WALTON, J. **Labor, class, and the international system.** New York: Academic Press, 1981.

RIBEIRO, E. M.; BAENINGER, R. Migação internacional de mulheres e o mercado global de cuidados: um estudo sobre filipinas em São Paulo, Brasil. **Cidades, Comunidades e Territórios, Lisboa**, n. 40, p. 103-116, jun. 2020.

SERRANO, S.; MARTIN, D.. Violência doméstica e saúde de mulheres migrantes bolivianas moradoras em oficinas domiciliares de costura na Grande São Paulo. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 30, n. 66, p. 207–226, set. 2022.

VÉRAN, J.-F.; NOAL, D. DA S.; FAINSTAT, T.. Nem Refugiados, nem Migrantes: A

Chegada dos Haitianos à Cidade de Tabatinga (Amazonas). **Dados**, v. 57, n. 4, p. 1007–1041, out. 2014.

VERSIANI, F.; NETO, A. C. South-South migration: a study on refugees working in small and medium Brazilian enterprises. **Cadernos EBAPE.BR,** v. 19, n. 2, p. 252–264, jun. 2021.

WISEMAN, J. P. Individual adjustments and kin relationships in the 'new immigration': An approach to research. **International Migration (Geneva, Switzerland)**, v. 23, n. 3, p. 349–368, 1985.